Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 12 de setembro de 2019
Ata N.º 21

No dia doze de setembro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e oito minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Projeto do Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades - parecer da Assembleia Municipal para o parecer específico da AMRS, no âmbito da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA).

PONTO DOIS – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro e do art.º 92.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

PONTO TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Rúben André Dinis Pereira.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Movimento Independente pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;

- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU,** Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar pelo **Sr. Rúben André Dinis Pereira**, Vogal do Executivo.
- **Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino do MIM,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde e pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Luis Manuel Paciência Pato da CDU** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caras e caros colegas da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Munícipes, Sras. Jornalistas, técnicos da Câmara Municipal, boa noite a todos.

Vamos dar início à nossa sessão, trata-se como todos sabemos de uma sessão extraordinária tem apenas três pontos na sua ordem de trabalhos e tem hoje diria que uma originalidade relativamente ao nosso procedimento habitual que é a apresentação de uma proposta que não vem da Câmara Municipal, neste caso é proposta pela Assembleia. De acordo com a leitura do Regimento, nomeadamente esta figura que diz que deve ser apresentado por Membros da Assembleia e depois o mesmo Regimento noutros pontos identifica a Mesa da Assembleia, eu entendo que não o devo fazer apenas por prudência da leitura mais estrita do Regimento e vou convidar, isto é um preâmbulo para a sessão ver se estão de acordo antes de entrarmos formalmente no ponto, neste caso um membro da CDU com quem tive a oportunidade de partilhar o tema para apresentar a proposta, se não houver objeções é assim que funcionaremos.

Como se trata de uma reunião extraordinária sem período antes da ordem do dia, temos apenas uma ata para aprovar, ata número vinte do dia vinte e sete de junho, e depois entramos diretamente na ordem de trabalhos.

Pergunto agora aos Srs. Membros da Assembleia, se têm alguma questão a colocar relativamente à ata número vinte da sessão de vinte e sete de junho?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Era só para dizer que há aqui umas pequenas alterações de português, mas que depois envio por mail."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, se não houver outras questões, votamos."

A Ata número vinte, de vinte e sete de junho de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Período da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Entrávamos então de imediato na nossa ordem de trabalhos com a proposta número um acerca do Projeto de Aeroporto no Montijo e respetivas acessibilidades. Esta proposta surge no âmbito do parecer pedido ao município pela Associação Municípios da Região de Setúbal que tem a missão neste caso de elaborar o seu próprio parecer e que nesse sentido pediu os contributos formais dos municípios. Tendo em conta que nós estávamos, ou estamos, em cima do prazo e tendo em conta que não havia condições para apresentar atempadamente uma proposta na Câmara cabendo à Assembleia como é evidente, e fomos confirmá-la ao Regimento, etc., também esta possibilidade de tomar posição sobre matérias, e tomar sobre esta forma de proposta tendo em conta o tema e o tipo de consulta que está publicamente em curso. A Assembleia pode fazê-lo desta maneira com a apresentação de uma proposta que, de qualquer modo, achei mais prudente não ser feita pela Mesa e é nesse sentido que convidava um Membro da CDU, penso que é o Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues, para fazer o favor de a apresentar."

PONTO UM – Projeto do Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades - parecer da Assembleia Municipal para o parecer específico da AMRS, no âmbito da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA).

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigada Sra. Presidente, cumprimento todos os presentes na sala e passarei então à proposta.

Como é do conhecimento público, encontra-se a decorrer o processo de consulta pública sobre a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) relativo ao "Projeto do Aeroporto do Montijo e Respetivas Acessibilidades".

Neste contexto, veio a Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P) solicitar à Associação de Municípios da Região de Setúbal a emissão de parecer específico sobre a temática em apreço.

É importante começar por referir que, depois de analisarmos os dossiers do Estudo de Impacte Ambiental, não encontramos justificação técnica devidamente fundamentada que sustente a opção pela localização no Montijo, em detrimento de outra. Há, de facto, uma narrativa que compara rapidamente as soluções, mas esta alicerça-se em argumentos financeiros que nos parecem insuficientemente sustentados em estudos e não num verdadeiro argumentário objetivo que compare as soluções possíveis – não numa lógica imediatista mas como uma opção de longo prazo.

O município de Palmela pronunciou-se há muito, em alinhamento com diversos instrumentos de planeamento estratégico e, desde logo, com o PEDEPES – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal, pela construção do Novo Aeroporto de Lisboa em terrenos públicos do Campo de Tiro de Alcochete, que permitiria dimensionar a infraestrutura aeroportuária para um horizonte temporal sustentável.

De resto, no Resumo Não Técnico do estudo em consulta destaca-se como motivo para a rejeição do aeroporto em Alcochete o "impacte negativo" por se tratar de um processo mais demorado do que a instalação no Montijo, a reduzida atratividade para os investidores privados porque a solução, ao ter custos mais elevados, implicaria taxas aeroportuárias mais elevadas para recuperação do investimento e com um mais longo retorno do investimento e, por fim, pela necessidade de mais avultados investimentos em infraestruturas de comunicação.

A questão das infraestruturas de comunicação parece-nos ser, de resto, precisamente, uma grave falha na solução Montijo, ondes estas são francamente deficitárias. A solução preconizada não contribui para resolver ou mesmo reduzir os problemas já hoje sentidos na região, antes os agravando.

Em resumo, da forma como é apresentada, a opção pela localização na atual base Aérea do Montijo é uma opção imediatista, que não resolve os problemas de saturação do atual aeroporto de Lisboa e que traz graves impactes ambientais.

Começamos pelo facto de qualquer uma das soluções propostas para extensão da pista a sul, no aeroporto do Montijo (plataforma em aterro, estrutura em betão fundada em estacas ou solução mista (aterro e plataforma de betão) ter impactes significativos, numa zona de Sapal que está identificada como zona de inundação de maré, com necessárias consequências em todo o sensível ecossistema.

As diretivas de aves e outros habitats aplicadas à zona de Rede Natura 2000 (Estuário do Tejo) e zona de proteção especial não são cumpridas em matéria de ruído, e são fortemente impactantes na saúde e qualidade de vida das populações mais diretamente afetadas pela área de aproximação à pista.

No domínio da flora, deverão ser afetadas as espécies identificados na zona de implantação - mais de 260 s, 9 das quais endémicas e as medidas de minimização propostas pelo estudo. Quanto à fauna, estão identificadas também 260 espécies, das quais 45 espécies de aves com estatuto de proteção. É precisamente nesta área que reside um dos maiores problemas, já que está identificado o risco de morte de aves por colisão com aeronaves, para além do afastamento das mesmas e diminuição do efetivo, por perturbações no habitat. Este é, também, um problema de segurança.

Em matéria de recursos hídricos, estão previstas novas captações, seja para abastecimento do sistema aeroportuário (em simultâneo com o recurso ao sistema público de abastecimento do Montijo), sejam novas captações privadas, uma vez que a implementação de infraestruturas de acesso levará à destruição de algumas das atuais. Considerando a sensibilidade do aquífero, este é um aspeto que nos parece não negligenciável, sendo de evitar a proliferação de captações como, aliás, determina a APA.

O mesmo se aplica à recolha e encaminhamento de águas pluviais e nomeadamente ao imperativo de se garantir uma efetiva separação de hidrocarbonetos por escorrências nas pistas. Apesar de estarem preconizadas medidas, não é possível eliminar totalmente que eventuais incidentes possam contaminar a zona estuarina.

Quanto a clima, geologia e solos, parece haver uma significativa omissão em matéria de sismologia. A área do aeroporto é uma área com forte atividade sísmica, situada na falha do Vale Inferior do Tejo, pelo que nos parece impor-se uma avaliação do impacte de fenómenos sísmicos, numa infraestrutura tão estratégica.

Em matéria de alterações climáticas, é o próprio estudo que recomenda que seja feito plano próprio. O EIA (Estudo de Impacte Ambiental) aborda a questão do risco de inundação por subida do Nível Médio do Mar e conclui que a cota das pistas (5,0) é superior à cota máxima de subida previsível (3,42), pelo que se trata de um risco mínimo. Mas as alterações climáticas esperadas são tão ou mais impactantes para uma infraestrutura aeroportuária, em matérias como a chuva, a temperatura, ocorrência de tempestades e ventos, conforme, aliás, indicado no PMAAC - Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa em conjunto com os municípios. E estes aspetos parecem insuficientemente tidos em conta.

A segurança, por outro lado, é um dos aspetos mais preocupantes. Desde logo é importante lembrar que um dos problemas apontados ao aeroporto Humberto Delgado é a sua localização em pleno meio urbano. Esse problema é replicado com esta opção.

O risco de colisão entre aves e aeronaves é um risco para a segurança dos voos; o impacte do ruído nos habitats aplica-se também à saúde humana, como têm vindo a alertar publicamente diversos municípios; e, apesar do estudo identificar que o impacte na qualidade do ar é reduzido, a formação de novas partículas nocivas para a saúde das pessoas não nos parece negligenciável.

Em matéria de funcionamento do aeroporto, o estudo prevê reabastecimentos de depósitos de combustível de 3 em 3 dias, pelo que haverá um forte aumento do tráfego de transportes de matérias perigosas.

Em matéria de economia e emprego, o Estudo de Impacte Ambiental estima a mobilização de 5.200 trabalhadores e trabalhadoras para a fase de construção e, depois, 6.408 trabalhadores e trabalhadoras em 2022 até 14319 empregos em 2062.

O estudo classifica ainda o aeroporto como uma oportunidade para a criação de novos negócios, instalação de parques industriais e tecnológicos, plataformas logísticas, hotéis, espaços comerciais, contribuindo até para a internacionalização da economia.

Estes números, contudo, carecem de reflexão:

Por um lado, em matéria de fomento da atividade económica, não se alcança como e onde é que estes negócios se vão instalar, desde logo sem uma rede de comunicações de suporte, nem como será feita a articulação com o planeamento municipal e as políticas de uso de solos, numa região que tem fortes condicionantes e ecossistemas (Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, Reservas do Estuário do Tejo e do Estuário do Sado, Parque Natural da Arrábida, entre outros). Ou seja, é preciso um trabalho complementar de planeamento e um conjunto de medidas de incentivo à economia para efetivar o impacte positivo do aeroporto.

Acresce que vários estudos referem que os aeroportos destinados preferencialmente a companhias de baixo custo, como parece ser o caso, não têm tido os impactes positivos esperados na economia das regiões onde são implementados.

O mesmo relativamente à criação e proteção do emprego. Desde logo, não conseguimos aferir se os números de novos empregos tinham em conta a redução de empregos pela retirada de contingente atual da base aérea, esse sim, um dado objetivo.

Por outro lado, os números avançados no estudo devem ser lidos, necessariamente, também à luz do que tem sido a situação aeroportuária nos últimos anos em Portugal: nos últimos 5 anos, enquanto o número de passageiros cresceu cerca de 70% e o movimento das aeronaves acima dos 40%, o número de trabalhadores da ANA apenas foi reforçado em 7,5%. Ou seja, a um muito forte crescimento no negócio não correspondeu o reforço e qualificação do emprego, verificando-se mais precariedade e subcontratação, baixos salários e forte rotatividade de trabalhadores.

Em matéria de acessibilidade e transportes, a solução proposta para o Aeroporto do Montijo parece-nos extremamente deficitária. Trata-se de uma solução que, em vez de melhorar, pode ter forte impacte negativo na qualidade de vida na região, no próprio funcionamento do aeroporto e no ambiente. O Estudo de Impacte Ambiental refere que será feito um novo nó e ligação à A12 e uma beneficiação da ligação ao cais do Seixalinho e que "as acessibilidades ao Aeroporto do Montijo encontram-se garantidas de forma muito satisfatória". Acresce que este estudo refere que os poderes públicos (Estado e autarquias) e os operadores de transportes devem reforçar a oferta de transporte público coletivo e assegurar serviços rápidos de autocarro, tipo *shuttle,* como medidas de minimização. Ora, a situação na região é já, neste momento, extremamente deficitária, por falta de infraestruturas de comunicação e serviços de transporte, não se alcançando como se pode comportar um aeroporto sem que sejam feitos os investimentos propostos pelo município e pela Área Metropolitana de Lisboa para o PNI – Plano Nacional de Investimentos. Entre estes investimentos, parece-nos indispensável:

- A construção das variantes às estradas nacionais 379 e 252, que se antecipa ficarem ainda mais congestionadas, com o corolário de estrangulamento na circulação em centros urbanos, emissões de gases com efeito de estufa, congestionamento do tráfego e aumento da sinistralidade;
- Eliminação de portagens em troços que ligam centros urbanos, de forma a distribuir o tráfego rodoviário e retirá-lo do atravessamento das zonas urbanas;

- Construção da Terceira Travessia do Tejo;
- Construção da Circular Regional Externa da Península de Setúbal;
- Construção de troços para transporte coletivo em sítio próprio, o chamado BRT;
- Investimentos na linha do Sado, incluindo a construção da estação de manobras de Pinhal Novo para permitir reforçar o transporte público ferroviário (aliás Pinhal Novo poderia ter um papel importante na distribuição de passageiros);
- Garantir acessos e a requalificação das circulares norte e sul da AutoEuropa e acessos à futura plataforma logística do Poceirão, caso se queira que o aeroporto tenha de facto um papel importante nas trocas comerciais;
- E ainda outros investimentos como o Metro Sul do Tejo ou o reforço das ligações fluviais entre margens e intra margem sul, ligando aglomerados ribeirinhos, os quais, sendo mais significativos para outros municípios, não deixam de ser importantes para a região e a Área Metropolitana como um todo e, logo, também para Palmela.

Estas exigências de investimento na mobilidade aplicam-se, de resto, a qualquer solução de localização que venha a ser adotada: seja na Base Aérea do Montijo, que é o objeto desta pronúncia; seja ao Campo de Tiro de Alcochete, como nos parece mais favorável.

Em resumo, consideramos que a localização proposta, considerando os documentos analisados e demais estudos conhecidos:

— Apresenta problemas graves de segurança;

— Tem fortes impactes ambientais negativos, em matérias como conservação da fauna e da flora, ruído, emissões de gases com efeito de estufa ou movimentação de solos e afetação do meio hídrico estuarino e não garante a proteção da natureza, nomeadamente o delicado e singular ecossistema do Estuário do Tejo, aliás integrado na Rede Natura 2000;

— Contribui para agravar os problemas de mobilidade na região, uma vez que não prevê soluções nem que sirvam bem a nova infraestrutura aeroportuária, nem que garantem a sua ligação eficaz aos polos industriais e logísticos da região; nem que minimizem os impactes negativos acrescidos;

— Nos moldes em que está previsto, não garante o efetivo impacte positivo na economia, no emprego e na qualidade de vida das populações.

Assim, face ao exposto, e nos termos conjugados do disposto no artigo 25º, nº2, alíneas j) e K), do regime jurídico das autarquias locais, com o explicitado na alínea c) do nº2 do artigo 11º do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela, propõe-se que esta dê parecer negativo ao Aeroporto do Montijo e Respetivas Acessibilidades, no quadro da consulta pública em curso, e no âmbito do parecer específico solicitado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia, isto foi aqui de um só fôlego quase, o que é uma coisa dura porque a proposta é bastante extensa, muito obrigada pelo esforço.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão. Quem deseja usar da palavra? Temos um pedido da bancada do PSD/CDS e temos um pedido da bancada do PS.

Então dou a palavra ao PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Colin Marques, por favor."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos na pessoa da Sra. Presidente e também ao público presente.

Só queria fazer aqui um pequeno esclarecimento a esta proposta que pelo menos neste ponto denota-se uma grande falta de conhecimento. É assim, os aeroportos não são construídos em sítios onde não há aves a voar, os aeroportos porque é que não têm aves a voar? Porque existe um sistema de falconagem, e até há

uma empresa de Azeitão que lança falcões ao ar, e isso faz com que não existam outras aves e, portanto, não há aqui o perigo das aves baterem contra as aeronaves.

Era só esta a chamada de atenção que eu queria fazer, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou a palavra então ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, uma boa noite a todos e todas, Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caríssimos e ilustres colegas e colegas da Assembleia Municipal, público presente, Srs. Jornalistas, uma boa noite a todos.

Eu tinha aqui dez páginas, mas vou tentar não ler as dez páginas. Eu gostava de tentar fazer esta abordagem, sendo que a mesma é muito do que está inserido e plasmado na proposta foi retirado do resumo não técnico da abertura do aeroporto do Montijo, que é do conhecimento público, e há aqui dois ou três aspetos que me parecem inicialmente relevantes.

Primeiro o facto de a CDU ter, com certeza, neste momento, uma bola fantástica de cristal de onde saem notas, não de dez, nem de vinte, mas de quinhentos euros para avançar para o aeroporto de Alcochete. Ou seja Alcochete era uma proposta antiga que acabou por deixar-se cair e que facilmente se pode perceber até pela indicação da Quercus num resumo de uma audição de catorze de maio sobre este assunto que diz: "O Presidente da Associação Nacional de Conservação da Natureza - Quercus, Paulo do Carmo, disse ser aceitável a escolha da localização Montijo quando comparada com a localização da mesma infraestrutura em Alcochete, a questão dos falcões aqui está ultrapassada a este nível, mas eu gostava só de fazer aqui um pequeno preâmbulo em relação a tudo isto.

Ou seja, para Palmela esta estrutura é relevante, a Tânia conhecerá muito melhor os aeroportos todos do mundo muito melhor do que eu, mas eu daquilo que conheço, do pouco que conheço, tirando o da Islândia que é a cinquenta e quatro quilómetros de Reykjavik, e que não tem nada a não ser um vulcão, todos os outros aeroportos onde acabo por aterrar são aeroportos por onde eu passo por cima de casas, umas mais próximas, outras menos próximos, pela Europa toda, na Ásia, se formos para Singapura, para a Malásia, andamos sempre em cima de território de casas e esta questão também não pode ser colocada desta maneira e não vem aqui a questão de Beja, mas Beja caiu em função da distância que aparentemente os técnicos dizem, eu não sou técnico não consigo discutir bem estas coisas, obviamente, tenho uma ideia é a nossa ideia, é como o Rodrigues tem uma ideia, temos uma ideia sobre isto, agora para Palmela o aeroporto é relevante. Agora que impactos terá de tão negativo assim termos aqui o aeroporto?

Vejamos: O projeto aeroporto Montijo e respetivas acessibilidades pretende através da construção de um aeroporto civil na base aérea do Montijo BA6 aumentar a capacidade de atividade aeroportuária da região de Lisboa. Este novo aeroporto que será complementar ao aeroporto Humberto Delgado, enquanto aeroporto principal de Lisboa, permitirá repartir o tráfego aéreo destinado à região de Lisboa e privilegiar a minimização dos tempos de rotação das aeronaves. Este projeto, cujo proponente é a ANA, foi desenvolvido, tendo em conta o seguinte faseamento e o projeto de acesso rodoviário de ligação ao aeroporto do Montijo à A12 terá execução e promotor autónomo a definir posteriormente pelo Estado Português. Fase de abertura 2022 dimensionada para o ano 2032, sete pontos oito milhões de passageiros ano e quarenta e seis mil movimentos de aeronaves. Se um por cento destas pessoas, não vale a pena um por cento, zero ponto um por cento destas pessoas tiver a ideia que Palmela fica aqui e que é relevante em termos económicos visitar, ficar, desenvolve-se economia, desenvolve-se o turismo, desenvolve-se o enoturismo, desenvolvem-se os doces, a gastronomia, a paisagem, a rota dos três Castelos, o Castelo de Palmela. Enfim, há aqui uma série de aspetos que me parecem efetivamente relevantes, estarmos sistematicamente numa posição, e por acaso eu não consegui, não tive tempo, eu gostava de ter trazido um artigo que fiz em dois mil e sete/dois mil e oito quando se falou pela primeira vez do aeroporto de Alcochete e onde focava três ou quatro aspetos que colidiam claramente com a ideia política que a CDU tem defendido aqui para a Península, este isolacionismo

em que queremos colocar a Península é um terreno que pode ser fértil para o descontentamento, mas não é por aí que vocês conseguem, eu não consigo perceber esse tipo de atitude perfeitamente antagónico em relação a tudo o que aparece.

Rodrigues, isto tem impactos, pode ter impactos negativos claramente eu não estou aqui a dizer que não terá impactos negativos, temos noção clara de que os impactos negativos aparecerão, agora se nós não conseguirmos estar numa linha em que consigamos debater que tipo de impactos existem e qual é a forma de minimizar esses impactos teremos muito mais dificuldade em ter opinião, porque ter uma opinião que sistematicamente avassaladora tudo aquilo que é dito posteriormente, não é conveniente.

Só para concluir: Esta última fase de expansão dimensionado para o ano de dois mil e sessenta e dois terá dezassete ponto quatro de previsão, dezassete ponto quatro milhões de passageiros e oitenta e cinco mil movimentos de aeronaves. O desenvolvimento deste projeto pressupõe o aproveitamento de algumas infraestruturas existentes, nomeadamente da pista 1/19 da BA6, após expansão está prevista a expansão da pista 1/19 para norte em cerca de noventa metros dentro do perímetro existente da BA6 e para sul em cerca de trezentos metros sobre o Estuário do Tejo e ficará com um comprimento total cerca de dois mil e quatrocentos metros. A concretização da plataforma estacionamento de aeronaves, vinte e quatro lugares de dois mil e vinte e dois e trinta e seis em dois mil e sessenta e dois, e a construção do terminal de passageiros, edifício de apoio, novos sistemas de drenagem, iluminação, parque de estacionamento, novos acessos entre outros. O investimento estimado para este projeto são quinhentos e noventa e dois milhões de euros, quinhentos e cinquenta e nove com a infraestrutura aeroportuária e trinta e dois ponto cinco o acesso rodoviário considerando a solução base.

E o que é que os senhores dizem na vossa proposta? Dizem que o município de Palmela pronunciou-se há muito, esta já referi a questão relacionada com a Quercus, depois dizia a seguir que, na primeira página, em resumo da forma como é apresentada a opção pela localização na atual base aérea do Montijo é uma opção imediatista que não resolve os problemas da saturação do atual aeroporto de Lisboa e nos traz grandes impactos ambientais. Ora já percebemos o volume que vamos ter naquele aeroporto ou seja dois mil e vinte e dois capacidade operacional até dois mil e cinquenta e quatro com vinte e quatro movimentos hora, número que se manterá até dois mil e sessenta e dois. Não é uma coisa tão imediatista assim, eu acredito que fazer uma coisa de raiz num outro local eventualmente até em Benavente como era o aeroporto de Alcochete, que não é Alcochete é Benavente, andamos sempre aqui a dizer aos lados, mas fazer esse aeroporto de raiz mas não há condição financeira para que isso possa acontecer neste momento.

Só para concluir a questão mais ligada à flora e à vegetação, eu recordo-me, sou suficientemente velho para me lembrar, da abertura da Ponte Vasco da Gama e de todos os estudos que havia de impactos ambientais sobre as aves, etc., etc. Eu passo na Vasco da Gama todos os dias ou quase todos os dias e continua a haver aves, muitas, se calhar até há mais do que havia antes, antes nós não passávamos ali não sabíamos, mas o que é de facto é que agora há muitas aves e elas continuam lá mesmo com aquele burburinho sistemático que ali está.

No domínio da flora, dizem os senhores no último parágrafo da primeira página "deverão ser identificadas espécies, há risco de aves de colisão, etc., etc.,". Ora no resumo não técnico eu consigo ler, na página trinta, que os principais impactos ineficazes em fase de construção encontram-se relacionados com iluminação, perda e fragmentação de habitats, perda de espécies florícolas por abate, arranque ou pisoteio e danificação de exemplares arbóreos e arbustivos com descuido ou negligência e potenciação de propagação de espécies exóticas dada a sensibilidade dos habitats, diz o parecer na sua página trinta, afetar a sua extensão prevê-se que as ações construtivas associadas ao aeroporto do Montijo e respetivos acessos tem impacto negativo e pouco significativo a significativo sobre os habitats identificados. Não é o caos que está aqui previsto por vós, portanto temos numa posição claramente contrária áquilo que aqui está plasmado, daquilo que se conhece está previsto o abastecimento ao aeroporto por um oleoduto. Ontem ou anteontem dia onze de setembro, foi o dia das "Torres", o CEO da ANA disse no Parlamento que a ligação entre o aeroporto do Montijo e o Pinhal Novo seria feito com um *shuttle,* o que já refere aqui para depois a disseminação dos transeuntes possa ser feita de uma forma mais efetiva.

Percebe-se claramente que a CDU queira aqui marcar uma posição clara em função disto, nós não podemos alinhar e não podemos concordar com o teor da proposta nesta linha.

Era só Sra. Presidente muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Temos um pedido de intervenção por parte do Bloco de Esquerda, dou a palavra à Sra. Membro da Assembleia Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento em nome da Sra. Presidente todos nesta sala.

Eu gostaria só de referir "que depressa e bem não há quem" e eu percebo aqui a posição do meu caríssimo colega José Carlos Sousa. E não é por todos fazerem os aeroportos em cima das casas que nós temos de o fazer, não devemos imitar os outros só porque o fazem. Hoje nós temos consciência do impacto ambiental que as nossas pegadas e os nossos trabalhos podem ter repercussões a médio e longo prazo e, mais uma vez, não é porque sempre foi assim que tem de continuar.

Aquilo que o Bloco de Esquerda aponta é que nós não podemos ser serviçais de uma empresa privada como a ANA, nós não podemos continuar simplesmente a levar ao colo aquilo que a ANA quer. Aquilo que tem de ser feito, tem de ser feito com cabeça, tronco e membros e é isso que se pede. É que seja feita uma consulta em que se tente encontrar uma solução que seja a melhor, não a mais rápida, não a mais lucrativa a curto prazo. E é isso que o Bloco quer defender aqui e vamos votar favoravelmente em relação a esta questão porque o impacto ambiental hoje, e temos falado existe cada vez mais a sensibilização do impacto, e que aquilo que nós fazemos hoje iremos com certeza recolher amanhã.

Por isso toda essa canção de que -"ah! mas fez-se a Ponte Vasco da Gama e continua a haver pássaros e não existe assim realmente tanta implicação". Existe! Existe e tem de ser considerada, existindo outras estratégias e outras hipóteses que devem ser ponderadas. E as relações ambientais e climáticas têm de estar em cima da mesa, por isso votaremos favoravelmente esta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Tem agora a palavra a bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes nesta sala, público e comunicação social e trabalhadores da autarquia.

Efetivamente a CDU nesta posição eu não posso dizer que não seja coerente, porque desde que me lembre a CDU defende Alcochete em detrimento do Montijo e em detrimento de outras soluções.

Eu direi que até gostava que o aeroporto fosse em Palmela, aí é que eu estava a defender os interesses do concelho de Palmela mas como há estudos, não digo há milhões de anos mas há décadas, estudo para aqui, estudo para ali, assessores para ali, gastaram-se milhões em tantos estudos. Há alturas em que temos que decidir, efetivamente eu não tenho conhecimentos técnicos de avaliação sobre a aviação, mas também sei porque também conheço gente nas operadoras, até alguns dos nossos eleitos, que o aeroporto de Lisboa está saturado e, portanto, tem que haver uma solução. Tem que haver uma decisão, há momentos em que temos que decidir porque se vamos continuar mais quarenta anos a estudar é que este aeroporto, este estudo já vêm do tempo do anterior regime até antes do 25 de Abril e sobre essa fase também o CDS e o PSD quando foram Governo optaram por esta solução do Montijo. Não que pessoalmente, se calhar, não

preferíssemos fazer um aeroporto de raiz, por módulos, como foi feito o de Amesterdão e outros, mas para isso é preciso ter muito milhão não é só exigir à ANA. O Estado tem que ter o dinheiro para gastar. Vejo aqui que a geringonça governativa não se entende, mas isso também é bom cada um tem a sua opinião e isto é que é liberdade.

Nós não aprovaremos todas estas justificações da CDU, embora consideremos que terá, com certeza, algum impacte ambiental. A Quercus diz que não é muito negativo a Zero, por outro lado, diz que é mais negativo e até interpôs um processo na União Europeia, como todos sabemos. É bom haver divergência e às vezes isso contribui para uma maior exigência. Ao que sei, não tendo aqui todos os pormenores, o processo estudado pelo anterior Governo era um bocadinho mais completo mesmo em termos da opção Montijo. Em todo o caso, nós não poderemos votar isto favoravelmente porque, efetivamente, isto que a Tânia diz das acessibilidades do amanhã, do hoje, do ontem, isto já tínhamos que ter pensado há muitos anos e quer dizer o impacto quando não é negativo ali no Montijo seria em Palmela ou noutros sítios. Eu ainda me lembro quando tínhamos aqui discussões quando foi a construção do Palmela Village, nós também eramos defensores dos sobreiros e a construção foi para lá, esta é que é verdade também teve alguns impactos negativos até locais, ninguém está aqui livre de qualquer crítica sobre impactos ambientais.

Na questão dos trabalhadores e deste número de trabalhadores, eu sinceramente preciso de ver para acreditar nesses estudos, mas os estudos são isso mesmo, são como os nossos orçamentos, são uma projeção com um cálculo que pode não ocorrer exatamente assim. Portanto, eu aqui na parte dos empregos não acredito muito para já, nos próximos anos, neste número de novos empregos até porque alguns trabalhadores virão destacados de Lisboa, acredito que vá haver criação de emprego mas não acredito tanto como está no estudo.

No que diz respeito à atividade económica, esperemos que isto venha a ter impacto na região toda. Nas acessibilidades e transportes, o problema não é só do Montijo é de toda a Península de Setúbal embora haja concelhos Almada, Seixal e até um bocadinho de Setúbal que têm melhores transportes do que nós aqui e noutros concelhos. Sobretudo então nas zonas rurais coisa que já vimos defendendo há muitos anos, existe um grande problema de transportes.

Eu também não posso deixar de concordar com as reivindicações, embora não vá aprovar aqui esta moção porque não concordo na sua essência, mas todas as reivindicações que a CDU aqui faz e que nós também fazemos eu tenho que concordar com elas porque, efetivamente, se vai construir um aeroporto (+ dois) no Montijo tem que estar as acessibilidades e tudo o resto garantido e mesmo em termos de Pinhal Novo eu nem sei se a solução adequada será só a dos *shuttles,* também acho que tem que ser um "bocadinho mais". Concordamos com estas reivindicações que não poderão, com certeza, ser feitas a curto o tempo. A travessia do Tejo, daqui do que me parece até, se calhar, vai ser a mais cara, embora a CDU não diga aqui mas sabemos pelo vosso programa o que é que defendem para a travessia do Tejo, se é só comboio se é carro mais comboio, mas aqui também não dizem isso.

Na questão da Saúde e tudo mais, todas as infraestruturas, as escolas do Montijo estão cheias, portanto, se vierem mais trabalhadores, escolas, centros de saúde e tudo mais vão ter que ser ponderados. E isso cabe às autarquias e também ao Estado (Governo), onde todos podemos ter a intervenção e sobretudo aqueles que estiverem no poder e, portanto, o que nós aqui podemos ser é exigentes na concretização, embora continue a dizer que concordamos com as reivindicações da CDU e que também nós fizemos. Daí dizer que o nosso estudo inicial do anterior Governo estava mais completo do que o deste Governo, mas não poderemos votar favoravelmente porque a nossa opção realmente foi a do Montijo, mas continuo a dizer eu preferia em Palmela (Rio Frio).

E é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Dou agora a palavra à bancada da CDU, novamente, desta vez à Sra. Membro da Assembleia Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite, cumprimento todos os presentes.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção por dizer que lamento, lamento, toda esta urgência quando se tratam de questões fraturantes e questões que vão implicar toda a nossa vida quotidiana, hoje, amanhã e daqui a dez, vinte anos.

Estamos a falar de uma área que vai trazer impactos ambientais significativos, já foram plasmados mas nunca é demais referir, a nível de ruído, a nível de partículas, a nível da fauna, avifauna, micro fauna e todos os organismos que muitas vezes nós não temos qualquer tipo de perceção. Para quem saiba o que é uma ave e o que é o voo migratório sabe que todas as aves, por exemplo os estudos que são efetuados pela SPEA (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves) que é uma associação específica que tem todo o seu trabalho centrado no estudo das aves e que julgo que nestas questões centrais eles deviam de ser ouvidos e todo o seu trabalho a nível da avifauna devia ser revisto e tido em conta porque têm anos de estudos, são animais de hábitos, eles têm as suas rotas migratórias e é claro que os falcões é uma estratégia que também se utiliza também nos aterros para afugentar todas aquelas aves que acabam por aparecer e que às vezes é um bocadinho aborrecido ver ali todas as aves concentradas em cima do monte de lixo, é bom que até os falcões apareçam e que desanuviem aquilo tudo. Mas a questão é que se fala de uma forma ligeira e os problemas são extremamente graves. E se nós refletirmos um pouco, e julgo que estamos bem cientes disso, todos estes modelos matemáticos, todos estes estudos de impacte ambientais são baseados em estatísticas, em observações, que são feitas num tempo demasiado curto quando estamos a falar de organismos e de ecossistemas com uma vida intrínseca no ecossistema. O estudo devia ser muito mais alargado e não devia ser num espaço tão curto que se deveria tirar elações ou qualquer tipo de solução provisória.

Relativamente à questão da fauna e da avifauna é extremamente importante que o estudo fosse mais alargado e a nível da flora o mesmo, porque no caso da flora, e muitas vezes nós esquecemos porque são organismos que estão de certa forma escondidos ao nosso olhar que nós não nos apercebemos, mas que tem uma implicação e uma cadeia que muitas vezes saem fora das nossas observações muitas vezes muito ligeiras, sempre a correr, passamos na ponte realmente vemos lá os flamingos mas qual foi o impacto real que aquilo teve naquele ecossistema é uma questão, não é só ver é também avaliar com profundidade.

Depois há outras questões que também são extremamente importantes, que é às vezes a não valorização de alguns fatores sejam climatéricos, seja a questão de como é o caso da orientação do vento, toda a velocidade, todos esses fatores naturais que não são domáveis, fazem parte, vão ter todo um impacto no ecossistema. Depois de referir, também, que em termos de solos, os contaminantes, toda a suscetibilidade sísmica que está inerente a todas estas manobras e ondas sonoras que vão acabar por se criar com as movimentações dos aviões não foram consideradas, não foram valorizadas, foram apenas referidas de uma forma muito ligeira e pouco técnica, a meu ver.

Fala-se depois, ou falou-se também na questão do turismo e a questão do turismo nós não devemos ver o turismo, como uma forma de massificação, basta nós irmos, por exemplo, a Lisboa ou irmos ao Porto e são cidades a meu ver impossíveis de se visitar e há quem diga que até gostaria de ter aqui em Palmela, mas às vezes o isolamento, às vezes nós termos os nossos critérios de isolamento saudável valorizando toda a cultura, tudo aquilo que nos faz ser diferente dos outros e fazer bem as coisas, não precisamos do aeroporto aqui à porta precisamos é de um aeroporto que depois nos permita usufruir dele mas sem estragar tudo o resto.

Há outras culturas que também existem ou aos olhos de alguns subculturas, que é a questão do *birdwatching,* toda a observação de aves há uma cultura específica dessas pessoas que se deslocam a paisagens naturais intactas para fazer este tipo de observação. Agora com os aviões a passar em cima é claro que isso é impossível, é impossível termos isso. Lá está, uma má avaliação de todo o impacto cultural e social que o aeroporto aqui perto iria ter.

Vou abreviar e só gostaria de dizer o seguinte: deveríamos colocar na balança com alguma realidade e sentido crítico os impactos positivos e os impactos negativos, e se nós formos a ver realmente os negativos são enormes, são incalculáveis e não fazem jus àquilo que se pretende, portanto apostarmos numa solução

faseada sim, mas temos que ver o que é que os dinheiros, o cabimento económico, onde é que, se calhar, tirávamos um pouco daqui ou não valorizávamos isto mas apostávamos numa coisa como devia ser."

A **Sra. Presidente da Assembleia:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia.

Agora passo a palavra novamente à bancada do Partido Socialista José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Eu concordo com o que a Tânia disse em muitos dos aspetos e esta questão do estudo de impacto ambiental, daquilo que eu sei, está em consulta pública até ao próximo dia dezanove com cerca de seiscentos contributos mais. Dá-me a ideia de que por aqui conseguiremos aquilatar alguma coisa e aí concordo com o que a Cristina estava a dizer, eu acho que temos que pôr no prato da balança muitas coisas, claramente aquilo que para a CDU vale mais pode não ser a mesma coisa que tenha a mesma valia para o Partido Socialista e aí discordemos. Agora temos que ver claramente o que é que é relevante de um lado e o que é que é relevante do outro, esse estudo e o estudo e os contributos poderão, com certeza, dar-nos algumas outras pistas e darem, com certeza, aos diferentes intervenientes em todo o processo as pistas necessárias para otimizar o processo.

Era só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Tenho um outro pedido intervenção também da bancada do Partido Socialista, portanto, pergunto se há mais alguma intervenção de outra bancada?

E então vamos alternando agora a CDU, o PS falou agora, fala a CDU e depois fala novamente, o PS.

Quem é que pediu da bancada? Foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite, Sra. Presidente na sua pessoa cumprimento os demais presentes nesta sessão.

Face aquilo que já ouvi aqui como justificativo para contrariar a proposta que a CDU aqui traz hoje e não sendo eu também técnico, como já foi reconhecido pela maior parte dos presentes que nenhum de nós é especialista nisto, decidi socorrer-me também do próprio estudo de impacto ambiental. Isto é só para reforçar naquilo que é publicado no próprio estudo aquilo que nós plasmámos na nossa informação.

Na página oitocentos e noventa e nove diz: "*O principal objetivo do projeto assenta na necessidade imperiosa de encontrar uma solução implementável a curto prazo a nível do aeroporto portuário e também na resposta ao aumento de tráfego e, essencialmente, uma questão financeira de recursos, por outro lado, o projeto preconizado resulta da eliminação de outras soluções"* eu vou parar aqui só para fazer uma pergunta. Nós fizemos e todos nos recordamos do estudo comparativo que foi feito entre a Ota e Alcochete, sabemos todos o resultado desse, mas esse mesmo resultado foi ignorado nesta decisão, segundo lugar, não houve a coragem política de fazer o mesmo tipo de trabalho, fazer um estudo comparativo entre o Montijo e Alcochete, esse sim. Se queremos reverter para o plano técnico e assegurarmo-nos no plano técnico, já vou plano económico tranquilo, se queremos assegurar-nos que o plano técnico é decisivo para uma solução de curto prazo, então devíamos ter feito também um estudo comparativo entre Alcochete e o Montijo o que não foi feito. A decisão enferma para já de uma falta de rigor nos estudos comparativos e nas propostas que o país precisa, porque está mais que comprovado, aliás, há bocadinho, foi dito aqui uma coisa que eu achei curioso que o aeroporto do Montijo vai ser servido por oleoduto, não vai, não está previsto é

abastecimento de três em três dias. Alcochete é que era abastecido, sim, sim, sim eu digo-lhe mesmo, a localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete permitia a ligação do oleoduto que liga Sines a Aveiras e uma interligação com os outros meios de transporte, nomeadamente a ligação ferroviária estratégico para o desenvolvimento da região aspetos que o aeroporto do Montijo não preconiza, se vamos por aí tudo bem.

Eu em relação ao ponto de vista económico que fundamenta eu aqui já ouvi pelo menos informação e aduzir-se aqui alguma coisa estou de acordo, acho que decisões estratégicas podem e devem ser ponderadas, por isso é que são estratégicas. Não, não, isto não foi ponderado, isto é uma decisão que serve para eliminar que a empresa Vinci pague aquilo que devia ter pago e que se tinha comprometido com o Estado Português que era a construção de um novo aeroporto, daí muitas das vezes chamar-se apeadeiro à solução que foi encontrada.

Mas se vamos à questão financeira, olhe nem que seja assim, José Carlos, nem que seja assim, nem que seja pouquinho mas esse pouquinho, se calhar, é determinante e continuo com o documento que citou à bocadinho, eu percebi que citou a parte da introdução eu vou para a parte da conclusão e então vamos os dois trabalhando o documento que é mais fácil. "*Para o aeroporto do Montijo…",* diz na página novecentos, *"os impactos mais importantes ocorrem na sua fase de exploração*", ou seja mesmo aqueles que são graves já na fase de implementação que é as obras, o impacto da paisagem, destruição de habitats não recuperáveis, tudo isso que está também no estudo, e era bom são novecentas páginas é literatura interessante para fazermos, na fase de exploração que é de vinte e dois a sessenta e quatro é aí que decorrem a maior parte e o próprio estudo não tem pejo nenhum em dizer quais são. *"Na sua fase de exploração em especial fatores ambientais, sistemas ecológicos, avifauna, ambiente sonoro e saúde humana, particularmente ruído…"* diz no antepenúltimo paragrafo *"os impactes negativos identificados…*e eu vou citar tal e qual como está aqui*…"apesar de serem alvo de redução prevalecem mesmo após a incorporação das medidas ambientais"*, ou seja não estamos a brincar com uma coisa que há barulho em todo o lado, há bocadinho falou dos vários aeroportos do mundo, eu dou-lhe também o exemplo do que fez a população de Londres com a ideia da expansão de Gatwick, veio para a rua e não deixou fazer, se calhar, fizeram o outro, mas sobre esse não deixaram houve uma movimentação para não o fazerem.

Sr. Vereador, se me permite aconteceu a mesma coisa com Heathrow, eu estou esclarecido, e aconteceu a mesma coisa com Heathrow, caso não saiba também. Eu ainda lhe acrescento mais uma coisa, eu até estranho, já agora Sra. Presidente se me permite só o diálogo com o Sr. Vereador por dois segundos, esta defesa toda eu não sei o que é que o Rui Rio vai dizer da sua posição.

Continuando aquilo que estava a dizer, o fator de saúde ainda tem mais agravantes e eu não vou entrar na questão ambiental, *"…uma vez que está em causa a afetação de ambientes naturais e também da saúde humana no ambiente sonoro…"* vou para a página novecentos e três *"os principais impactos negativos encontram-se associados ao aumento dos níveis sonoros decorrentes da descolagem e aterragem das aeronaves que se farão especialmente sentir nos recetores sensíveis localizados no concelho da Moita Barreiro, especificamente na zona da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira*", mas eu vou-me socorrer, também, do mapa de aterragens e descolagens em que nos afeta, pois eu tirei no meu computador pode mandar-me que eu imprimo uma cópia para si, aquilo que temos é que inclusive na distribuição de partículas, e essas são mais acentuadas conforme o estudo veio comprovar, na fase de descolagem, eu presumo que tenha lido com atenção e agora não tenho aqui a nossa colega PPD/PSD para lhe dizer que, afinal nós somos também contemplados, não é só com os visitantes potenciais na economia, mas somos contemplados, nomeadamente a freguesia de Quinta do Anjo é uma das afetadas pela rota de descolagem, rota sudoeste de descolagem, está no mapa, está no estudo, a não ser que nós consigamos que as rotas sejam alteradas. É bom, às vezes, não sendo nós especialistas trazermos alguma exatidão ou que o estudo trás na íntegra.

Eu ainda queria deixar aqui só mais duas pequenas notas, para além de continuar a defender que uma infraestrutura destas terá também os seus impactos, e esperamos nós todos para a economia nacional, era bom e era muito importante que esses não se resumissem a um impacto da especulação imobiliária que já temos e ainda a solução não está a implementada. Eu não sei em que medida e com base em tudo o que temos pela nossa frente, só vemos vantagens numa solução apressada. Neste momento, neste momento, considero que valia a pena, o país não perderia, se tivéssemos ponderado uma solução que garantisse a

defesa de Portugal neste ponto de vista estratégico. Nós qualificamo-nos por aquilo que nos diferencia, nem temos capacidade para nos qualificar com outros países em termos de massificação de turismo e eu não sei o que é que vamos perder como uma solução apressada. Sei que, provavelmente, perderemos mais do que o que ganhamos por parar algum tempo e fazer um estudo comparativo que, efetivamente, nos dê uma solução, porque Alcochete com o mesmo investimento permitiria arrancar com uma fase do aeroporto e tinha uma coisa daqui a quinze anos estaríamos em condições de poder fazer uma extensão, aqui daqui a quinze anos, provavelmente, e o próprio estudo aponta para isso que as duas pistas não vão servir o mesmo tipo de aeronaves, portanto, não teremos condições de alargamento daquele aeroporto a não ser que os senhores queiram fazer uma plataforma também à macaense sobre o Estuário do Tejo.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Agora sim, vamos terminar em princípio com a intervenção do Partido Socialista, dou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos. Quero cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, os respetivos Membros dessa Mesa, o Sr. Presidente não está presente, as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, técnica e técnicos da Câmara hoje aqui em exercício, comunicação social e público presente creio que uma pessoa apenas.

Bem eu começo por dizer que eu estou em dúvidas que esta proposta seja um parecer. A mim, parece-me mais um manifesto de algumas suposições e reivindicações que vincula a CDU apenas, para já com o apoio também do Bloco.

Eu quero dizer aqui poucas questões mas que podem levar as pessoas a pensar no seguinte, tanto faz ser no Montijo ou em Alcochete em termos de ruído e partículas temos exatamente as mesmas terras que frisa o documento, Baixa da Banheira, Moita, Barreiro. Porquê? Porque nós nas rotas das aeronaves nesta região e por razões de vento é sempre norte/sul, sul/norte se nós, por exemplo, vimos ou vamos para fora da Europa, vimos sempre pelo oceano, chegamos à Costa da Caparica e vamos direito a Lisboa para aterrar ou vice-versa se levantarmos de Lisboa naquele sentido sul, o que raramente acontece. Se nós viermos para o Montijo, chegamos ali à Costa da Caparica e viramos para o Montijo e se viermos para Alcochete, que seriam pistas perpendiculares ao Montijo, teríamos que vir exatamente na mesma rota e chegar ali a cinco quilómetros depois do Montijo e apanhar as pistas que vão desde o Estado-Maior até por trás da localidade de Canha, porque as pistas iriam até ali mesmo perto da localidade de Canha. Se viermos em rota para a Europa normalmente sai-se ou vem-se ali no sentido do Norte. Portanto, vindo para o Montijo ou vindo para Alcochete tem exatamente o mesmo percurso, a mesma rota, não altera absolutamente nada em termos de ruídos e em termos de partículas. Poderão dizer assim: *"mas nós em Alcochete poderíamos ter um aeroporto que substituísse o de Lisboa"*, pois, nós pensamos e a CDU também, mas sabemos muito bem que há oito anos alguém decidiu que Alcochete não e, aliás, nem Alcochete nem nada, não fizeram nada, o Governo anterior pura e simplesmente disse "N*ão há Alcochete e não há nada"*.

Se nós agora optássemos por Alcochete e continuássemos, já andamos há dezoito anos, para já não falar dos quarenta e tal anos, mas, pelo menos há dezoito anos que andamos para encontrar uma localização, era mais quatro, cinco, sete, oito, nove anos, até decidir e nós estamos a perder por ano, já neste momento, dois milhões de passageiros que não conseguem, especialmente na zona dos meses de julho, agosto e setembro, voos para Lisboa têm que ser deslocados.

Dizer, também, estava aqui a dizer o caro colega da CDU que "*Ah! mas temos também ali no estudo que não está consignado fazer uma conduta de Aveiras para o Montijo"* e é verdade, não está lá, mas ainda ontem ouvimos o Ministro das Infraestruturas e se o PS ganhar as eleições, pode não ganhar, a ANA vai ter

que pagar a conduta de Aveiras para o aeroporto de Lisboa e para o aeroporto do Montijo, vai ter que pagar essas condutas.

Em relação à implantação do Montijo, nós temos ali, o aeroporto no Montijo vai apanhar ali cerca de trezentos metros do sapal do Montijo que é e um sapal importante no Estuário do Tejo, não é o maior eu creio que, não sou especialista nisso, mas creio que o mais comprido é o da Moita vem até ali a Coina no sapal da Moita, mas são apenas trezentos metros. Também as pistas vão ser subidas, pelo menos alguns metros, no sentido de precaver nas alterações climatéricas o aumento da altura do mar, com influências no Tejo, pelo menos para os próximos quarenta anos está garantido que aquelas pistas não terão problemas e de facto nós passamos aqui a vida se não é disto é daquilo, senão é daquilo é daqueloutro, já aqui foi dito quando foi da Ponte Vasco da Gama havia uma colónia pequena flamingos, ai Jesus que se vai acabar os flamingos, hoje temos uma das maiores colónias de flamingos da Europa, e está na altura de não haver hesitações e de se construir um novo aeroporto. Eu, sinceramente, preferia que fosse um aeroporto definitivo em Alcochete, mas era se tivesse começado há oito anos atrás, toda a gente sabe porque não começou porque o Governo anterior optou por não fazer nada, agora vamos estar à espera de pelo menos oito ou dez anos? Por amor de Deus não podemos andar toda a vida com invenções, que no fundo são invenções.

Muito obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Há mais um pedido do PSD/CDS, tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora isto não é em defesa da honra, mas é da Bancada. Efetivamente o meu colega do PS acabou de proferir não corresponde à verdade, porque no anterior executivo a solução e até por acaso do Ministro da Economia, que por acaso também é do CDS, a solução escolhida efetivamente foi a do Montijo. Não foi verdade que não se fez nada, agora porque é que não se construiu um aeroporto? Porque é que há oito anos, o Governo não construiu o aeroporto? Eu agora tenho que relembrar o PS que, se calhar, se esqueceram da bancarrota do vosso Primeiro-Ministro e é só, obrigada."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Então não havendo vamos terminar a discussão da proposta e proponho nesse caso a sua votação."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (quinze da CDU e dois do BE) e treze votos contra (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do MIM).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Terminámos a primeira proposta, passamos à proposta número dois e nesse sentido, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir o tema."

PONTO DOIS – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro e do art.º 92.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito boa noite, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, munícipes, comunicação social.

Procuraria resumidamente dar aqui algumas linhas de argumentação que consubstanciam a posição que se propõe que seja tomada e que diz respeito à pronúncia da Câmara, também trazida a esta Assembleia, de não-aceitação da descentralização de competências no domínio da Saúde, recordando que esta comunicação de não-aceitação de competências por via da Secretaria de Estado das Autarquias Locais foi sendo prorrogada para esta época do ano, até setembro, e que no que diz respeito à aceitação para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte é este o momento de o fazer, ao contrário de outras competências que já tivemos aqui a oportunidade de ter a pronúncia e a respetiva deliberação da Assembleia Municipal.

Todo este processo começa com troca de informação e pedido também de uma primeira pronúncia exclusivamente à Câmara Municipal, com mapas de informação detalhada quanto aos recursos humanos, materiais e financeiros a passar para o município em caso de concretização da transferência de competências no domínio da gestão do pessoal e dos equipamentos da área da saúde. E, por isso, em Março, a Câmara Municipal se pronunciou relativamente a esta matéria e fez uma análise da condição dos imóveis afetos aos cuidados primários de saúde e as competências que se pretendiam delegar na gestão, manutenção e conservação desses equipamentos. Houve informações técnicas que já apoiaram e enformam a pronúncia de vinte de março onde foram devidamente escalpelizados os valores, os números, os edifícios e já à época encontrámos um conjunto de lacunas e de falta de informação rigorosa sobre aquilo que se pretendia transferir, e depois de termos feito essa pronúncia, em julho, voltámos a receber novos mapas que identificam para o município os montantes anuais a transferir para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, sem prejuízo dos valores anuais já executados ou a executar ainda no decorrer de dois mil e dezanove.

Foi feita de novo uma análise até comparativa sobre estes novos mapas com os mapas anteriores e o que é que constatámos? Constatámos até que as situações se agravaram, desde logo no Mapa I - Encargos anuais com competências descentralizadas, há uma atualização de valores que aumenta em cinco mil quinhentos e seis, a verba a transferir no que diz respeito aos trabalhadores quatro mil cento e trinta e sete e aos custos logísticos mil trezentos e sessenta e nove, contudo esta ligeira correção nem de perto, nem de longe, corresponde àquilo que foi efetivamente identificado e diagnosticado como necessário. No que diz respeito aos trabalhadores, convém recordar que o mapa mantém a transferência de dez assistentes operacionais, quando toda a documentação nos últimos dois anos e informação trocada com a própria ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e ACES Arrábida - Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida refere a necessidade de dezasseis operacionais para as nossas extensões de saúde no concelho. Permanece aqui uma necessidade de reforço de verbas nesta área, porque é necessário recrutar mais pessoal.

No Mapa III - Imóveis cuja titularidade e gestão é transmitida para os municípios, persiste aqui alguma confusão. Eu creio que a própria administração nem sabe bem o que é dela, o que é que foi construído desde associações de moradores, a municípios e a transferir para o seu património mas, sobretudo, o que nos preocupa é a antiguidade dos edifícios, a desadequação nalguns espaços face, hoje, a novas exigências e a exiguidade das verbas para a conservação e manutenção. Podia chamar aqui sobretudo à colação uma situação gritante que tem sido muitas vezes denunciada, até na própria extensão Zeca Afonso em Pinhal Novo, que é das mais recentes, em que a inexistência de plataformas elevatórias, elevador, o incumprimento da lei das acessibilidades e algumas patologias do edifício continuam sem identificação e sem a previsão de uma verba que permita depois fazer face ao cumprimento dessas exigências. Portanto, estas verbas continuam a ser manifestamente insuficientes.

Depois, também, alguma confusão porque a certa altura o Mapa IV que corresponde à Unidade de Saúde Familiar de Santiago, que já não tem que ver exclusivamente com os cuidados primários de saúde e que é

até partilhado por outros serviços de saúde, portanto, estão a querer passar para o município, depois não apenas aquilo que está na delegação de competências mas até outros serviços que ocupam esse edifício e que utilizando, também, fazem naturalmente despesa. Os valores neste novo mapa permanecem inalterados, apesar das nossas chamadas de atenção e das nossas propostas e até à época também fizemos com a nossa Divisão de Conservação e Logística, um estudo das necessidades procurando auxiliar o Ministério e a Secretaria de Estado nesta matéria, mas os mapas em termos de encargos financeiros mantêm-se inalterados.

Depois, Mapa VI - Despesas com serviços de apoio logístico, o que vem ainda é acrescentado à lista de despesa sem vir a verba, a questão da gestão e manutenção de sistemas de deteção de incêndio e extintores que estava um bocadinho omisso que é outra despesa que também não está depois a ter a devida transferência financeira assim como os próprios serviços de desinfestação. Depois há a situação dos encargos com arranjos exteriores, coisas que não são feitas nem mexidas há muitos anos, com exceção da nova Unidade de Saúde Pinhal Novo Sul em que o município assumiu que assegurará no futuro a manutenção desses espaços, e para além desses espaços estarem em várias extensões completamente destruídos e a precisar de reabilitação continuam a faltar referência às verbas a transferir para a deslocação de transporte de doentes, seja aqueles pagamentos que são feitos seja aos bombeiros, seja aos táxis. Constatamos, também, que foi completamente ignorada a necessidade destes edifícios terem um seguro e a Administração de Saúde também não está a pensar transferir qualquer verba para essa área, e outra questão que é de palmatoria, é esquecerem-se de transferir verba, também, para outro encargo que tem que ver com o encaminhamento dos resíduos hospitalares que não é despiciente este este tipo de despesa, porque tem custos elevados, e nós sabemos quanto é que isso custa por aquilo que pagamos, por exemplo, no nosso Centro de Recolha Animal, etc.

Nós chamámos a atenção para isto, mas os mapas continuam a ter estas lacunas, e isto está longe de corresponder às reais necessidades nesta matéria do pessoal de apoio, na conservação dos equipamentos, dos encargos financeiros, e consideramos que não há condições para aceitar e contratualizar a aceitação desta delegação de competências enquanto estas matérias não estiverem devidamente clarificadas.

Uma nota já mais de natureza política, porque todos nós hoje encontramos na comunicação social, profusamente, notícias sobre cento e setenta municípios que já aceitaram, mas não aceitaram todas; se formos ver competência a competência são, de facto, na ordem apenas das dezenas, oitenta aqui, setenta acolá, mas sobretudo estamos numa altura do ano em que só há dois dias é que se recebeu também da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, a informação sobre as rubricas que têm de ser criadas nos orçamentos, isto é a prova de que em dois mil e dezanove não se consegue fazer nada ou pelo menos ninguém vai receber ainda dinheiro. Mas queria aqui chamar à colação um conjunto de opiniões que também vão aparecendo na comunicação social sobre a necessidade que este processo, que é um processo que pode interessar, de facto, ao país e às populações se processe de uma forma serena, conhecedora, competente e também tendo em conta a necessidade de sustentabilidade das contas do Poder Local que vai ficar, depois, com muitos problemas para resolver, e continua, infelizmente, a pairar a incerteza, e estou a citar até declarações de gente insuspeita que foi convidada também a fazer parte destas comissões da descentralização, cujos relatórios e estudos tardam em aparecer, e a opacidade em relação ao envelope financeiro que será entregue ao Poder Local. Isto é mais válido para competências desta natureza do que propriamente para as outras, mais de natureza administrativa, é um facto, porque essa já sabemos que é fiquem lá com as taxinhas e desenrasquem-se, e outras não ficamos com as taxas só metemos pessoal para fazer atendimento assistido.

Continua a haver aqui uma série de alçapões ainda em aberto sobretudo nesta lei, na parte do financiamento, e a prova de que isto precisa de continuar a ser negociado sem precipitações e com prudência, não sei se V. Exas. tendes conhecimento disto, e nós discutimos esta matéria aqui quando falámos da segurança alimentar e do bem-estar animal e das competências que estavam a ser propostas, chamámos a atenção para a precipitação deste processo. Sublinho que isto é mais válido num ou noutro diploma do que propriamente na generalidade, mas à medida que o tempo avança estão a aparecer problemas como, por exemplo, do decreto-lei que concretizava o quadro de transferência de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos. Não sei se sabeis que a Assembleia da República teve, à pressa, e foi publicado no dia oito de Agosto, através de uma resolução, de cessar a

vigência do decreto-lei porque, de facto, isto está tudo engatado, desculpem o termo, mas é que há, de facto, aqui problemas até de natureza legal de estratificação de competências. Então nesta matéria, eu tive oportunidade de dizer aqui que havia não só da Ordem dos Médicos Veterinários mas que havia o alerta das próprias instituições europeias que algumas destas matérias tinham de ser tratadas, mas nunca poderia ser ao nível do Poder Local, tinham de ser tratadas ao nível do Poder Regional que face à inexistência de regiões tinha de estar na competência da Administração Central descentralizada do Estado em organismos etc. Não é despiciente chamar a atenção para este exemplo, espero que não tenha de haver outros se não, naturalmente, alguém ficará mais envergonhado, mas a cessação da vigência deste decreto é um exemplo de que a pressa é inimiga da perfeição. No nosso caso concreto, não só por estas razões mas por todas aquelas que já aqui invocámos, para que este processo continue a ser negociado e possa entrar com serenidade em vigor, bem clarificado, bem fundamentado, e bem alicerçado em condições de recursos materiais e financeiros para as competências serem bem exercidas pelas autarquias, apenas a partir de dois mil e vinte e um, até no âmbito de um próximo mandato autárquico. Não é como este que aconteceu em que quando entrámos, e até já no anterior não sei se recordam, quando começou o mandato tinha sido alterado o Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Finanças Locais, o pessoal estava em eleições em setembro e no fim de setembro fazem um Regime Jurídico novo. É importante que nós, também, saibamos quando vamos a jogo com o que é que podemos contar.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, a proposta que fazemos é que a Assembleia Municipal se pronuncie pela não-aceitação de competências nesta área enquanto estas matérias não estiverem clarificadas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão acerca desta proposta, quem deseja intervir?

Tem a palavra pela bancada do Partido Socialista Sra. Membro da Assembleia, Patrícia Caixinha."

A **Sra. Patricia Caixinha do PS:**

"Boa noite, Sra. Presidente da Assembleia e na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, pessoal técnico aqui presente da autarquia, público em geral, comunicação social.

Começo por dizer que este Governo já deu mais profissionais de saúde, continua a faltar profissionais na área da saúde. Os concursos públicos para a área da saúde, o que se vê é uma ausência de resposta em termos de candidatos e Palmela parece que demonstra, ou não demonstra, uma preocupação com estas questões que vão ter um impacto grande no futuro.

Relativamente a esta proposta, consideramos que a concretização da transferência de competências na área da saúde vai permitir um melhor acesso ao Serviço Nacional de Saúde pelas pessoas. Vai permitir uma melhor eficiência na gestão dos recursos na área da saúde e uma eficiência nos mesmos sem o elevado grau de burocratização. Vai permitir também uma maior rapidez dos serviços, dado que existe uma maior autonomia do município. Vai permitir, também, melhorar os resultados em saúde nos municípios em geral e no de Palmela, em particular, uma vez que permite, também, uma maior autonomia para a sua monitorização.

Mais uma vez a questão essencial é o envelope financeiro, é importante para termos capacidade de negociar, acredito eu, é irmos a jogo ao invés de nos pronunciarmos negativamente sobre este tema. O Sr. Presidente referiu que já foram cento e setenta municípios que aceitaram a transferência de competências, eu tinha aqui um número diferente para mais, mas pronto fico-me pelos cento e setenta que acredito que já sejam suficientes.

Posto isto, o Partido Socialista irá votar contra esta proposta.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem agora a palavra, pela bancada do Bloco de Esquerda o Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

Para o Bloco de Esquerda está claro que este processo constituiu-se para o Governo se livrar de responsabilidades nas matérias que têm vindo a ser tidas pela transferência de competências mas, também, a poupança de verbas afetas ao Orçamento de Estado. Porque a transferência ou as verbas que são afetas a estes domínios são manifestamente insuficientes e às vezes pouco claras.

Por isso, para nós, aquilo que está aqui em causa são por um lado a demissão das responsabilidades por parte do Governo e por outro lado a continuação daquilo que foram os cortes nos serviços públicos, seja na saúde seja ao nível da proteção civil, entre outros que já foram trazidos a esta Assembleia Municipal.

Ouvindo o que a colega de bancada, neste caso do Partido Socialista, disse à bocadinho, eu quanto a mim, acho que o Serviço Nacional de Saúde não terá maior capacidade de resposta uma vez que, como já podemos aferir, as verbas são escassas e tememos que hajam municípios, e neste caso o de Palmela, não tenha capacidade para conseguir fazer investimentos com o orçamento que tem ao seu dispor.

Por isso é a nossa posição do Bloco de Esquerda, aqui na Assembleia Municipal de Palmela, votarmos a favor da não-aceitação das transferências.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A nossa posição sobre a transferência de competências já foi aqui defendida por nós várias vezes e alertamos para os problemas sobretudo financeiros na questão da transferência de competências.

Não estamos no poder autárquico, nem no poder nacional, nos executivos, portanto terei que dizer, vocês resolvam lá isso, fazem todos parte, uns a apoiar e outros do Governo. Agora, não podemos deixar de reconhecer que a CDU alerta aqui para coisas que nós, também, alertamos quando falamos da transferência de competências, é preciso prever porque há municípios que não têm capacidade financeira.

Por outro lado aos municípios também compete gerir cada vez melhor os recursos que têm, e isto também mesmo que o envelope financeiro seja maior quando a responsabilidades são maiores, se calhar, temos que fazer outras escolhas em relação às que se fazem atualmente. O que é que consideramos mais importante, se é a saúde, se é outra coisa, é tudo importante mas, às vezes, em termos de transferências de verbas, se calhar, temos que e, realmente, o Bloco e a CDU também defendem mais saúde, o PS também defende, nós também defendemos, portanto nesse ponto estamos todos de acordo, a questão é de gestão. No que diz aqui sobre o envelope financeiro eu não posso deixar de concordar, no entanto deixo-vos esse envelope às três forças políticas ou quatro, contando com os Verdes, para se desembrulharem com o assunto e negociarem com clareza. A nossa posição aqui até será a da abstenção, com estas ressalvas todas que fizemos.

O Sr. Presidente há bocado referiu aí o ano de dois mil e nove, foi um lapso verbal quereria dizer dois mil e dezanove na altura, com certeza.

Na questão aqui que a proposta tem referência a Mapa I, Mapa II, Mapa III, Mapa IV, Mapa V, Mapa Seis, nós como não temos mapas nenhuns, acreditamos no que o Sr. Presidente aqui diz, mas podiam ter anexado aqui pelo menos as folhas do mapa que interessavam para a proposta.

E é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Para terminar vou dar a palavra à CDU, Sr. Membro da Assembleia Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todas e a todos os presentes.

Relativamente à matéria que está em discussão, a posição da CDU é o de acompanhar a pronúncia da Câmara Municipal e votar favoravelmente o teor, o conteúdo, do texto integral.

Naturalmente que entendemos, como é do conhecimento nesta matéria das transferências, neste caso em concreto e noutros, há aqui, tem havido e continua a haver, uma clara tentativa do Governo de se livrar de situações que são da sua responsabilidade transferindo-as para os municípios, inclusivamente sem o respetivo acompanhamento das contrapartidas, dos apoios e das compensações.

Problemas nós já temos nesta matéria e noutros, também criados pelo Poder Central, não precisamos de mais. Queremos é que, efetivamente, as coisas melhorem em benefício da qualidade de vida das nossas populações e a nossa posição é de acompanhamento, como disse, à pronúncia da Câmara Municipal votando naturalmente e favoravelmente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Vamos votar, Sras. e Srs. Membros da Assembleia."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (quinze da CDU e dois do BE), três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP e dez votos contra (nove do PS e um do MIM).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para a última proposta pergunto ao Sr. Presidente se quer fazer o respetivo enquadramento, por favor."

PONTO TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências (atualização verbas) – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito sucintamente, procurando resumir, nós temos acordos de execução com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União de Freguesias de Poceirão/Marateca para a limpeza de vias e espaços públicos sarjetas e sumidouros. Em novembro de dois mil e dezoito, aprovámos em reunião de Câmara e depois na Assembleia Municipal a afetação de seis unidades funcionais de trabalho para cada uma das freguesias com um determinado valor/ano por unidade funcional de trabalho. Entretanto, em dois mil e dezanove, e ainda bem, embora insuficiente, foi atualizado o salário mínimo e isto, obviamente, implica a necessidade de introduzir alterações às verbas a transferir. Só o estamos a fazer agora mas, naturalmente, as contas são retroativas ao início da entrada em vigor do salário mínimo, portanto, início do ano.

Assim, o que se propõe é que se aprove esta atualização de verbas de acordo com o mapa e o quadro anual de transferência para cada uma das freguesias, que significa que o valor por unidade funcional passa de onze mil cento e sessenta e nove vírgula oitenta e quatro, para doze mil cento e vinte e quatro vírgula trinta e dois, e este valor passará a integrar o anexo três do Acordo de Execução no capítulo outros encargos unidades funcionais de trabalho.

Sucintamente é isto Sra. Presidente, é um ato normal de toda a justiça que é atualizar os valores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vamos votar favoravelmente a proposta.

Quando foi aprovado esta afetação concordámos com ela, devido à falta de recursos humanos durante anos embora estivesse no mapa dos então protocolos, a verdade é que nunca tivemos nas freguesias, pelo menos na Quinta do Anjo ao que me recordo, os trabalhadores afetos ao protocolo nunca estiveram na sua totalidade e portanto iremos votar favoravelmente.

Tenho aqui é que solicitar que a aceitação destes trabalhadores que consigam cortar as ervas e fazer aquelas coisas que estão muito aquém da execução protocolar, neste caso de acordos de execução. Apelo aqui aos Srs. Presidentes, a Sra. Presidente do Poceirão não está mas está aqui o da Quinta do Anjo, para que o protocolo entre mesmo em execução devida agora que já passou o período de férias.

Na questão de só agora ser trazido aqui, eu também iria dizer que sinceramente que podia ter sido trazido mais cedo. Senão as Juntas andam a subsidiar com o seu orçamento aquilo que demoraram nove meses a transferir, embora a atualização do salário mínimo tenha sido ali nos primeiros meses do ano e, portanto, congratulo-me com isto, mas temos que estar mais atentos ao aumento salarial mínimo talvez já no próximo ano e conseguir fazer isto mais atempadamente, portanto, terá o nosso voto favorável. E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Srs. Membros da Assembleia outras intervenções alguma questão?

Então não havendo, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e nove minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos doze dias de setembro de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete